

# As famílias e a crise económica: alterações às medidas políticas na UE

## Resumo executivo

### Introdução

Este relatório descreve a situação e a experiência vivida pelas famílias durante a crise económica e analisa as alterações das políticas familiares desde 2010. Em alguns países, as prestações sociais foram reduzidas, afetando de forma desproporcionada as famílias desfavorecidas. Outros países introduziram novas medidas destinadas a ajudar as famílias mais afetadas pela crise económica. O relatório analisa igualmente a situação social de diferentes tipos de famílias com descendentes a cargo, bem como o tipo de medidas que podem ajudar a mitigar os efeitos da crise nas famílias desfavorecidas. Tem por objeto analisar em profundidade as evoluções registadas em 10 Estados-Membros da UE.

### Contexto político

Uma das principais prioridades políticas da Estratégia Europa 2020 consiste na ambiciosa meta de retirar 20 milhões de pessoas, até 2020, de situações de pobreza e exclusão social. O Comité de Proteção Social da União Europeia sublinha que o investimento social nas crianças pode contribuir para a prevenção e o combate à pobreza. No entanto, a UE está atualmente a afastar-se, e não a aproximar-se, dessa meta: em 2013, comparativamente a 2008, cerca de 4,8 milhões de cidadãos juntaram-se ao grupo dos que vivem em situação de pobreza ou de exclusão social.

As prioridades políticas da agenda do crescimento inclusivo, com vista a ajudar os pais a participar ativamente tanto na sociedade e como na economia, centram-se em medidas que os ajudem a conciliar o trabalho e a assistência à família, que os ajudem com os custos da assistência aos filhos e que tornem o trabalho financeiramente compensador para (ambos) os progenitores. Outra área política fundamental é a do emprego. Uma das metas da estratégia de crescimento consiste em assegurar, até 2020, uma taxa de emprego de 75 % entre os 20 e os 64 anos de idade. Contudo, uma revisão intercalar mostrou que as metas de emprego só poderão ser atingidas se a questão da igualdade de género for considerada prioritária.

### Principais conclusões

- Em toda a Europa, são as famílias monoparentais e as famílias numerosas com três ou mais descendentes a cargo que enfrentam as piores dificuldades: a sua situação piorou durante a crise.

As diferentes situações das famílias dependem em parte da medida em que foram atingidas pela crise; dependem também da forma como os Estados-Membros responderam à crise, o que reflete a existência de diferentes regimes de política familiar.

- Os dados apontam para uma mudança no sentido de um apoio mais condicionado à verificação de recursos, o que pode criar novos grupos de famílias desfavorecidas que, antes da crise, tinham acesso a medidas de apoio universais.
- Alguns Estados-Membros possuem regimes de política familiar mais «permissivos», que ajudam as famílias a afastar-se do tradicional modelo em que um dos elementos é o ganha-pão. Nesses países, os cortes nas prestações familiares centraram-se em benefícios pecuniários e fiscais, o que pode indicar que, apesar da crise, se manteve a ênfase no equilíbrio entre vida profissional e privada, bem como no investimento social.
- Em países com regimes de política familiar mais «restritivos», os resultados apontam para pressões consideráveis, o que aponta para que os governos nacionais e locais já não consigam financiar alguns serviços e medidas pré-crise.
- As alterações verificadas desde 2010 são em grande parte resultado de uma série de questões em conflito: a evolução das necessidades da família; os pedidos de cortes nos gastos públicos; e a necessidade de uma distribuição equitativa de recursos limitados. O que significa que as políticas familiares carecem muitas vezes de um quadro político coerente e integrado.

### Indicadores para políticas

**Políticas fundamentadas em dados e uma melhoria da avaliação dos programas graças à participação das partes interessadas e dos beneficiários:** Embora as novas disposições e reformas sejam normalmente introduzidas como experiências-piloto, raramente são acompanhadas por procedimentos de monitorização e avaliação. Nos programas de pequena escala, em particular, as avaliações sistemáticas dos seus resultados não são comuns. A implementação de novas iniciativas

deveria ser acompanhada por uma monitorização qualitativa que permitisse aos prestadores de serviços compreender como de que forma, e por que razão, os objetivos foram alcançados (ou não) e ter em conta os problemas e as necessidades reais do dia-a-dia.

**A política familiar deve fazer parte de uma estratégia integrada:** O apoio às famílias é muitas vezes prestado de forma fragmentada, em função de emergências específicas e exigências políticas, e não através de reformas coordenadas e estruturais. Em tempos de crise e de cortes nas despesas públicas, como mostra a literatura, a coordenação e a integração são essenciais para alcançar os melhores resultados possíveis com o menor nível de recursos públicos e privados.

**Estratégias integradas necessárias:** A coordenação deve envolver as diferentes vertentes da política e os diferentes níveis institucionais: os níveis nacional, regional e local devem cooperar mais intensamente, a fim de evitar a duplicação de medidas. Esta coordenação acrescida deveria corrigir situações em que as famílias bem informadas acedem a todas as prestações sociais disponíveis, enquanto as mais carentes perdem as oportunidades. Uma estratégia integrada poderia incentivar o reforço das organizações de famílias, dos laços sociais comunitários e das organizações locais informais. Só um quadro de política familiar coerente e abrangente pode garantir o desenvolvimento social sustentável e evitar que as famílias entrem em situações de dificuldades, das quais se torna mais difícil e mais oneroso recuperar.

**Um rendimento adequado é crucial para apoiar as famílias desfavorecidas e desencorajar o emprego informal:** O estudo salienta a importância da prestação de apoio ao rendimento mínimo das famílias desfavorecidas. Em muitos Estados-Membros, o nível de apoio ao rendimento é inferior ao limiar de risco de pobreza ou de exclusão social. A falta de regimes adequados de apoio ao rendimento forçou muitas famílias a entrar na economia paralela.

**As famílias devem ser ajudadas a conciliar as responsabilidades de assistência à família com a vida profissional:** O emprego a tempo integral melhora a situação social e económica das famílias em todos os países estudados, embora muitas vezes o rendimento desse emprego não seja suficiente para retirar as famílias da pobreza. Assim se comprova a importância de medidas destinadas a reforçar o equilíbrio entre vida profissional e privada. Os estudos de caso mostram os efeitos positivos de um aumento da disponibilidade de serviços de acolhimento de crianças a preços acessíveis. Representa uma condição prévia para a saída da pobreza, permitindo às famílias monoparentais, em particular, procurarem um emprego bem remunerado.

**A vulnerabilidade é multidimensional:** Ter um emprego não é a única resposta para o risco de pobreza. As políticas devem ter igualmente em consideração a inclusão social e a participação. Aparentemente, as «pequenas coisas», como uma ajuda adicional ao acolhimento de crianças ou de transportes com bilhetes a custos reduzidos, podem ter um impacto extremamente positivo e combater a exclusão social. A política de habitação, que pode assumir diversas formas (ajuda ao pagamento do aluguer ou da eletricidade, benefícios fiscais ou acesso preferencial à habitação a preços acessíveis), é uma questão fundamental.

**A prestação de serviços adequados de acolhimento às crianças é crucial em períodos económicos difíceis:** Muitas famílias, nomeadamente as famílias monoparentais, consideram difícil conciliar a vida familiar com um emprego a tempo inteiro. Neste contexto, proporcionar serviços de acolhimento de crianças adequados e de elevada qualidade - incluindo a promoção do bem-estar das crianças - constitui um fator fundamental do combate à pobreza e à exclusão. Num período de crise económica, as necessidades de assistência são ainda mais suscetíveis de entrar em conflito com a necessidade de manutenção do rendimento. Neste aspeto, as famílias monoparentais enfrentam dificuldades adicionais, pois têm de optar entre trabalhar e cuidar dos filhos.

**A informação e o acesso às prestações sociais e aos programas devem ser simples:** As prestações sociais devem incentivar a sua adoção pelo número máximo dos que são elegíveis. Em muitos casos, as medidas visam os mais vulneráveis, pelo que devem ser facilmente acessíveis e compreensíveis. Caso contrário, aqueles que não possuem conhecimento ou contactos podem não beneficiar das medidas a que têm direito. As famílias com insuficiente capital social, material e cultural correm o risco de se tornar ainda mais excluídas.

**Os novos formatos familiares devem ser reconhecidos por apoios específicos:** Orientar as medidas para as famílias mais carenciadas constitui uma forma equitativa de repartição dos recursos disponíveis num período de austeridade. Porém, surgiram problemas graves causados por uma definição demasiado estrita, por exemplo, do que constitui uma família ou uma família monoparental, e por definições que não têm em conta as mudanças na composição das famílias, como as famílias «recompostas» após o divórcio e novo casamento. Assim, uma das características importantes dos sistemas de apoio social consiste na facilidade com que podem ser adaptados rapidamente às novas estruturas familiares, centrando-se menos no estatuto jurídico das famílias.

#### Informações adicionais

O relatório *Families in the economic crisis: Changes in policy measures in the EU* (As famílias e a crise económica: alterações às medidas políticas na UE) está disponível em <http://www.eurofound.europa.eu/publications>.

Para mais informações, contactar Daphne Ahrendt, gestora de investigação, em [dap@eurofound.europa.eu](mailto:dap@eurofound.europa.eu).